

Maciel propõe reforma na economia para reduzir as diferenças de renda

por Célia Roseblum
de São Paulo

O senador pernambucano Marco Maciel (PFL) defende reformas de base na economia para reduzir diferenças de renda. Num documento intitulado "Linhas de uma proposta liberal", Maciel, que disputará nesse domingo as prévias do partido que indicarão o candidato à Presidência da República, afirma que é "indispensável a intervenção do Estado, através de políticas públicas para superar uma realidade que nossa sociedade teima em desconhecer, a de que somos um país que tem cerca de 40% da população vivendo em regime de pobreza absoluta e que exibe um dos mais elevados níveis de disparidades de renda do mundo".

"Não se pode esperar simplesmente que as forças de mercado promovam essa superação, independentemente de uma intervenção do Estado", justifica o texto assinado por Maciel. Ele explica que a orientação liberal progressista refuta a idéia de "estado mínimo", mas também faz restrição ao "radicalismo estatizante". E advoga a participação do Estado em "atividades produtivas cuidadosamente selecionadas e articuladas com o desenvolvimento nacional", acompanhadas por privatização em setores onde a ação pública foi ditada "pelo pioneirismo nos investimentos".

A proposta liberal do senador tem um pressuposto: "A atuação individual é mais eficiente que a estatal, embora reconheça que o interesse coletivo é o limite de ação dos indivíduos". Por entender que o Estado tem papel fundamental em determinados momentos, como os estágios iniciais do crescimento industrial, o

setor público deverá continuar intervindo em regiões menos desenvolvidas. Mas em locais onde já cumpriu seu papel, como no caso do Centro-Sul, deve retrair-se, abrindo espaço para a iniciativa privada.

Com o objetivo de gerar um mercado interno dinâmico, Maciel propõe modificações na distribuição de renda entre capital e trabalho. Seus números indicam que um terço da renda nacional é redistribuído aos assalariados, índice que chega a 70% em países desenvolvidos. Ele propõe uma política de valorização do salário mínimo, mas considera como maior trunfo "tornar o trabalho um fator relativamente escasso frente ao capital", com o aumento da oferta de emprego.

São seis pontos que o senador pernambucano enumera como fundamentais para sustentar um projeto de desenvolvimento: recuperação das poupanças interna e externa, maior integração do Brasil na economia mundial, correção das distorções na distribuição de renda, revisão do papel do Estado na economia e controle da inflação. Este último item exigirá "legitimidade" do governo: "É preciso ter força para dividir sacrifícios".

Maciel evitou fazer projeções sobre os resultados das prévias que disputará com Aureliano Chaves e Sandra Cavaltanti. Ele estima que a escolha será feita por cerca de 30% dos 800 mil filiados que o PFL tem em todo o País, 158 mil em São Paulo. O senador manteve contato com parlamentares da Assembléia Legislativa e da Câmara, visitou também algumas cidades do interior. Seus assessores acreditam que ele sairá vitorioso em dezesseis estados.